

5 Análises dos Resultados Nacionais

A pesquisa desenvolvida buscou compreender a teoria e a prática do Design Inclusivo (DI) e como objetivo principal, buscou traçar um panorama do conhecimento, da prática e do ensino desta abordagem no Brasil. Um questionário foi aplicado com diversos profissionais de mercado, professores, pesquisadores e estudantes de Design, localizados em várias regiões do país. Os dados obtidos neste questionário compõem este capítulo. A seguir, análises feitas dos resultados do questionário nacional.

5.1. Panorama do Design Inclusivo no Brasil

Com o intuito de se obter um panorama do conhecimento do Design Inclusivo no Brasil, foi inserida no questionário uma pergunta sobre o conhecimento dessa abordagem projetual.

A amostra utilizada nas análises deste panorama foi composta de designers formados e atuantes na área; professores atuantes no ensino do Design; pesquisadores atuantes na área do Design e alunos de graduação em Design. Os profissionais que trabalham tanto no mercado quanto no meio acadêmico (não necessariamente são formados em Design, mas são, obrigatoriamente, professores da área). Obtiveram-se 248 respostas, dentre os respondentes 30% atuam no meio acadêmico/de pesquisa e no mercado profissional; 26% atuam somente no meio acadêmico/de pesquisa; 22% são estudantes de Design; 17% atuam somente no mercado profissional e 5% são pesquisadores.

A seguir um gráfico mostrando o conhecimento do DI pelos respondentes:

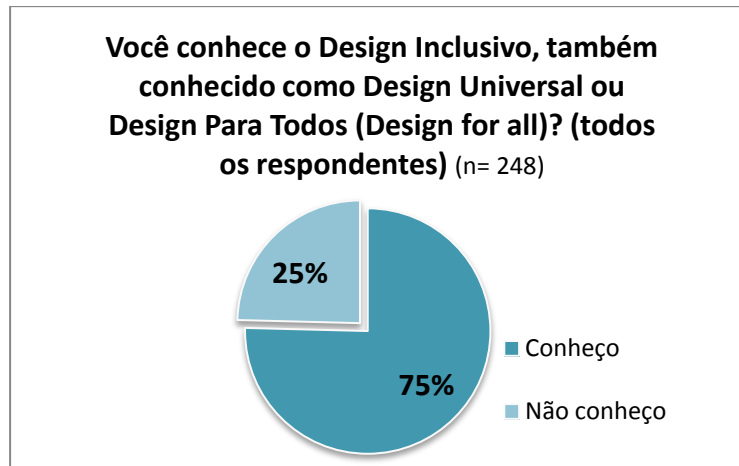


Gráfico 5.1: Panorama do conhecimento do Design Inclusivo pelos respondentes atuantes na área do Design. Fonte: os autores.

Observa-se que 75% das pessoas que responderam esta pergunta afirmaram conhecer o Design Inclusivo e 25% declararam não conhecê-lo. Portanto, pode-se afirmar que essa abordagem de projeto é conhecida entre a maioria dos respondentes do questionário. À vista disso, cabe dizer que o DI não é uma abordagem de total desconhecimento, muitas pessoas já tiveram contato com ele em algum momento de sua vida.

É válido observar os grupos de respondentes separadamente por forma de atuação na área do Design, a seguir, um gráfico mostrado cada grupo:

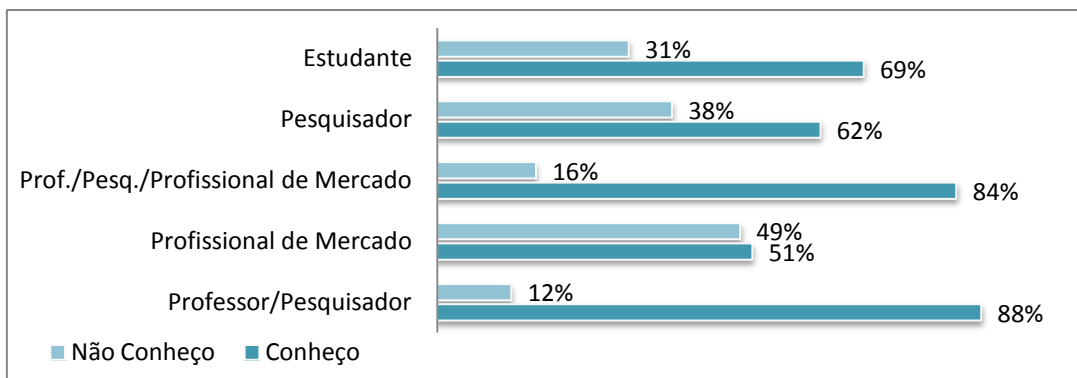


Gráfico 5.2: Panorama do conhecimento do Design Inclusivo por atuação dos respondentes. Fonte: os autores.

Observa-se que a quantidade de respondentes que afirmaram conhecer o DI é nitidamente maior no grupo de professores/pesquisadores, da mesma forma no grupo professores/pesquisadores/profissionais de mercado. Nota-se que o conhecimento e o desconhecimento são basicamente equilibrados no grupo de profissionais que só atuam no mercado e que o número de estudantes que afirmaram conhecer o DI é bem significativo. Portanto, entende-se que a maioria dos respondentes que afirmaram conhecer o DI está de alguma maneira vinculada ao meio acadêmico. Porém, pode-se afirmar que o conhecimento do DI não é tão

Análises dos Resultados Nacionais

difundido entre os respondentes que atuam somente no mercado apesar de serem pessoas que já passaram pela universidade.

Com o propósito de compreender melhor de onde vem o conhecimento do Design Inclusivo, se ele de fato tem relação com o ensino universitário ou não, questionou-se o contexto em que o mesmo foi aprendido. As opções de respostas que apareciam para cada respondente eram específicas para a sua forma de atuação, portanto, nem todas as opções (expostas na legenda abaixo) apareciam para todos os respondentes. A seguir, gráficos que mostram o contexto de aprendizado dos respondentes por grupo de atuação.

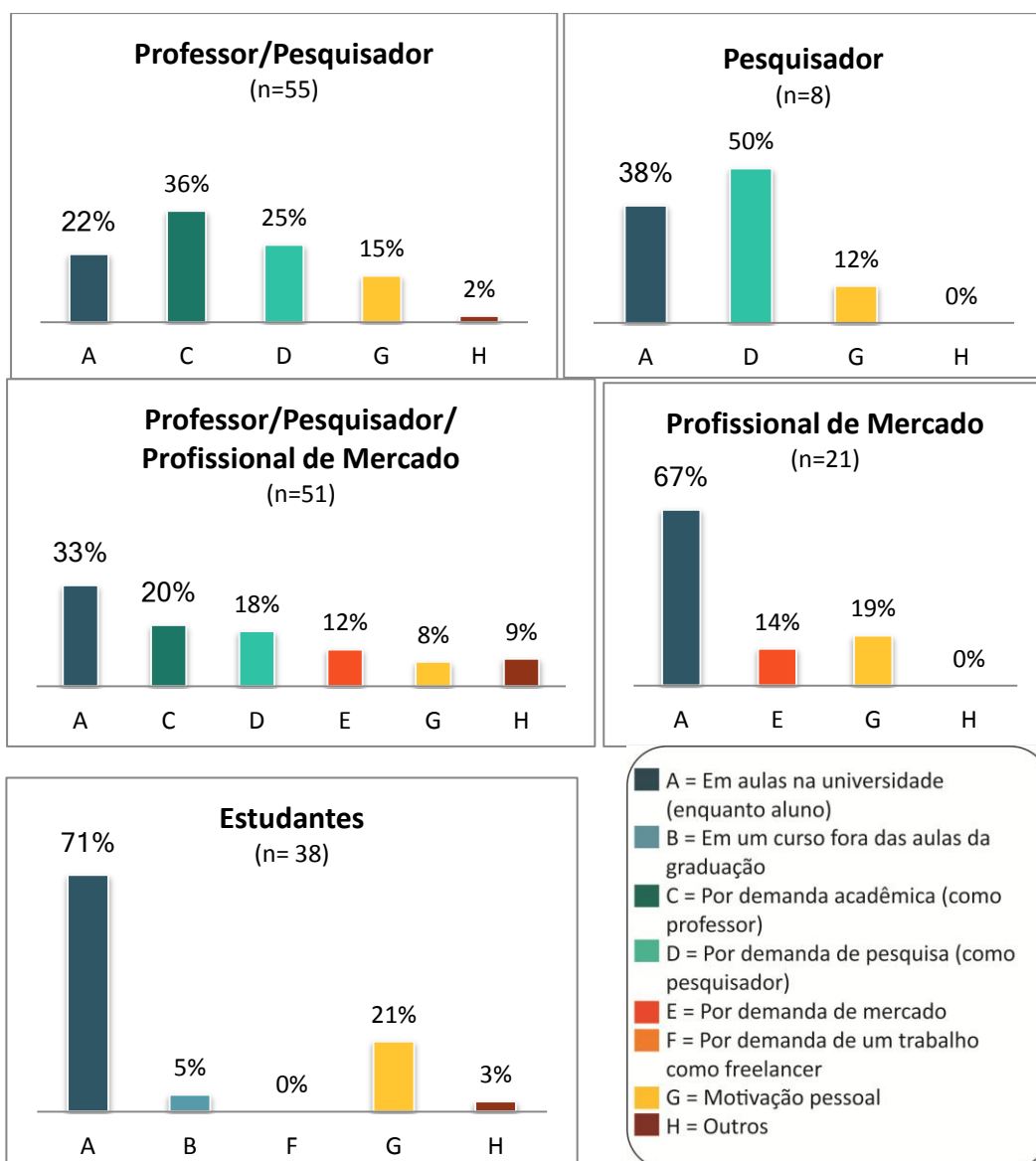


Gráfico 5.3: Contexto de aprendizagem do Design Inclusivo do professores/pesquisadores respondentes. Gráfico 5.4: Contexto de aprendizagem do Design Inclusivo dos pesquisadores respondentes. Gráfico 5.5: Contexto de aprendizagem do Design Inclusivo dos professores/pesquisadores/profissionais de mercado respondentes. Gráfico 5.6: Contexto de aprendizagem do Design Inclusivo dos profissionais de mercado respondentes. Gráfico 5.7: Contexto de aprendizagem do Design Inclusivo dos estudantes respondentes. Fonte: os autores.

Análises dos Resultados Nacionais

Pode-se observar uma concentração maior de respostas na opção “em aulas na universidade (enquanto aluno)”. Em todos os grupos tiveram pessoas que declararam ter aprendido sobre o DI na universidade enquanto aluno. É possível notar também, que em todos os grupos há pessoas que afirmaram buscar o conhecimento do DI por “motivação pessoal”. E que há um número significativo de pessoas pesquisando essa abordagem de projeto.

É bem expressiva a quantidade de alunos do curso de graduação em Design que declararam ter aprendido em sala de aula e, admiravelmente, há alunos que afirmaram ter buscado conhecer o DI por “motivação pessoal”. À vista disso, é possível afirmar que há alunos interessados em aprender o DI mesmo que a apresentação dessa abordagem não seja oriunda das aulas universitárias.

Nota-se uma quantidade considerável de professores que declararam buscar o conhecimento do DI para o ensino, ou seja, buscou aprende-lo para ensina-lo em suas aulas, por demanda acadêmica. Desta forma, subentende-se que há uma necessidade do ensino, que pode ser decorrente da exigência da universidade, do interesse dos alunos ou da própria disciplina ministrada. Sendo assim, baseando-se na maioria dos respondentes do questionário, o principal contexto de aprendizado do Design Inclusivo é o meio acadêmico.

Se baseando nas respostas dos professores que disseram ensinar/ou já ter ensinado o DI no curso de graduação em Design; dos profissionais, professores, pesquisadores e alunos que declararam ter aprendido o DI em aulas no curso de graduação em Design, é possível destacar as universidades que ensinam essa abordagem, juntamente com sua localidade. A seguir, uma ilustração mostrando quais as universidades, que ensinam ou já ensinaram o DI no curso de graduação em Design, mencionadas pelos respondentes e onde se localizam:

Análises dos Resultados Nacionais

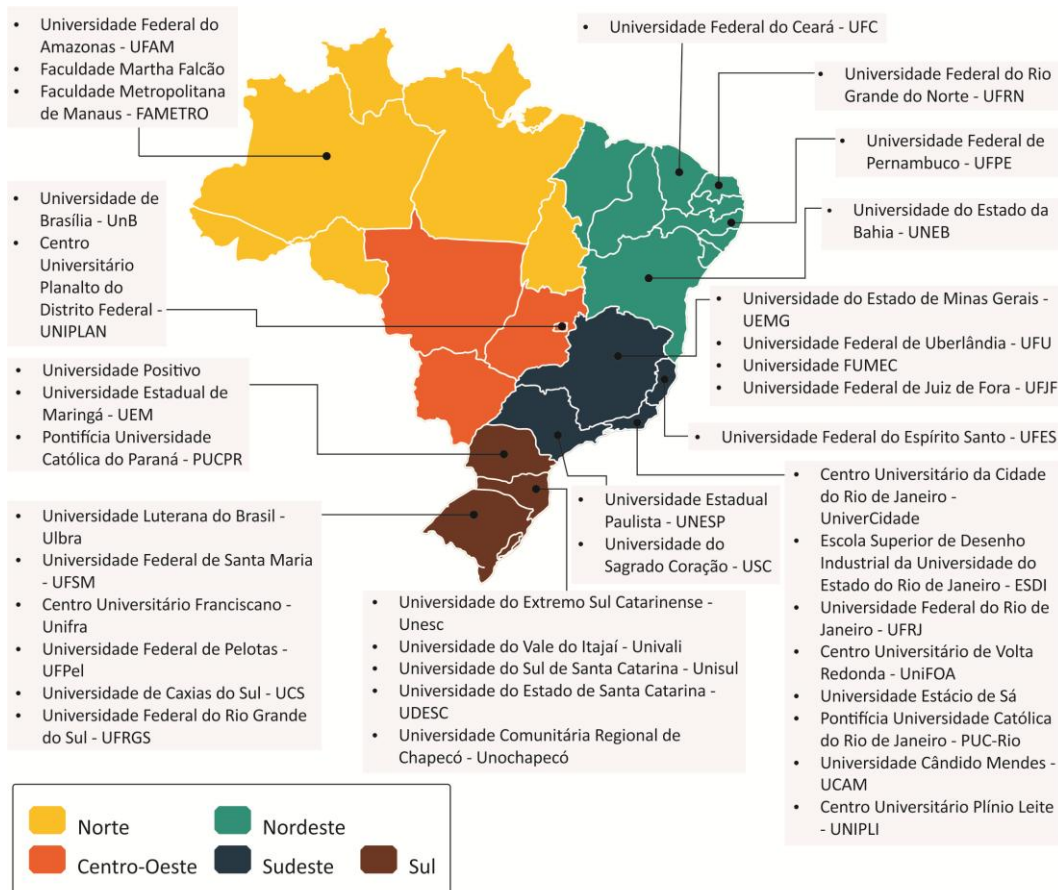


Figura 5.1: Universidades que ensinam/ou já ensinaram o DI e sua localidade. Fonte: os autores.

O questionário foi encaminhado via e-mail para cursos de graduação em Design localizados em diferentes regiões, vale colocar que este foi direcionado para todas as regiões do Brasil, porém nem todos os cursos que receberam responderam o questionário. No entanto, o dado obtido não pode ser considerado um dado preciso que mostre fielmente as universidades brasileiras que ensinam ou já ensinaram o DI, mas pode-se destacar as universidades mencionadas pelos respondentes que serviram como fonte de conhecimento dessa abordagem de projeto.

Nota-se uma boa disseminação do DI na região Sul, Sudeste e Nordeste, mas pode-se destacar também o ensino do mesmo no Distrito Federal e no estado do Amazonas.

Isto exposto, baseando-se nas respostas dos profissionais que afirmaram aplicar ou já ter aplicado o Design Inclusivo em projetos profissionais, cabe aqui destacar as localidades dos profissionais *freelancers* e das empresas que trabalham com essa abordagem. Obtiveram-se 30 respostas. A seguir um mapa mostrando a

Análises dos Resultados Nacionais

localidade das empresas mencionadas pelos respondentes e dos profissionais sem vínculo empregatício que afirmaram aplicar o DI em seus projetos profissionais.



Figura 5.2: Empresas que aplicam ou já aplicaram o DI e sua localidade. Fonte: os autores.

O questionário foi encaminhado para empresas de Design de todas as regiões do país. Porém, nem todas as empresas que receberam o e-mail responderam o questionário. Todavia, neste contexto, é possível destacar as regiões Sul e Sudeste como regiões que concentram empresas de Design e profissionais que abraçam o DI na prática de projeto. Foram citadas pelos respondentes oito empresas/profissionais no Rio de Janeiro que aplicam ou já aplicaram o DI em projetos; sete empresas/profissionais do estado de Minas Gerais, a maioria localizada(o) em Belo Horizonte e uma em São José da Lapa; cinco em Florianópolis; duas estão em Salvador na Bahia; as (os) duas do Rio Grande do Sul estão em Porto Alegre e Santa Maria; duas em Curitiba; uma em Manaus; uma em São Paulo; uma em João Pessoa e uma em Vitória.

Nota-se que nos locais onde há o curso de graduação em Design que, segundo os respondentes, ensinam ou já ensinaram o DI também há empresas (ou profissionais sem vínculo empregatício) que o aplicam ou já aplicaram em seus projetos. Sendo assim, três fatores podem ser levados em conta, o primeiro, que o questionário pode ter sido mais divulgado e aceito por grupos de pessoas da

Análises dos Resultados Nacionais

mesma localidade; o segundo, que a quantidade de professor e profissional de mercado que ensina e aplica o DI em seus projetos pode ter um peso considerável dentre os respondentes; e terceiro, que a aplicação do DI em projetos profissionais dessas empresas pode estar relacionada ao ensino do mesmo nos cursos de graduação das universidades locais.

À vista disso, é possível observar que 23% que correspondem aos profissionais que afirmaram aplicar o DI em seus projetos profissionais que só atuam no mercado, ou seja, não tem nenhum vínculo com a universidade atualmente, estão localizados em Salvador, Manaus, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e João Pessoa. Portanto, em quase todas as localidades mencionadas há profissionais que trabalham só no mercado, isso elimina o segundo fator apontado, ser professor e profissional de mercado não interfere na comparação das localidades onde ensinam e aplicam o DI.

5.2. O ensino do Design Inclusivo nos cursos de graduação em Design

A amostra selecionada para analisar o ensino acadêmico do Design Inclusivo nos cursos de graduação em Design foi composta por professores, professores/pesquisadores e professores/pesquisadores/profissionais de mercado que atuam no ensino dessa abordagem de projeto nos cursos de graduação em Design, que não necessariamente são formados em Design.

Dos professores que afirmaram ensinar o DI no curso de graduação em Design, que correspondem a 47 respondentes, 94% responderam a questão que perguntava o tempo em que ele ensina essa abordagem em um curso de graduação em Design. A seguir um gráfico mostrando as respostas dessa questão.

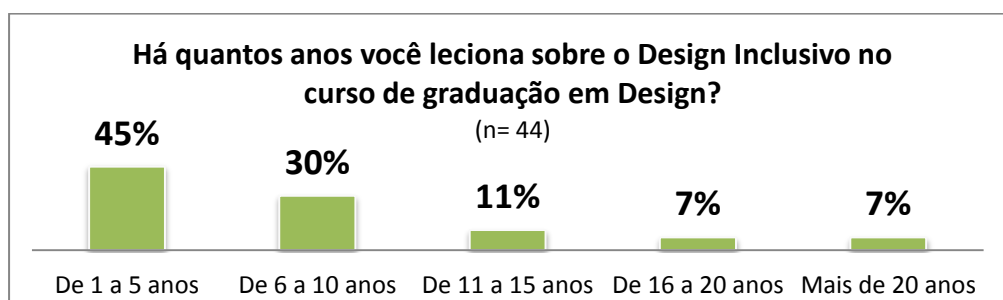


Gráfico 5.8: Tempo de ensino do Design Inclusivo no curso de graduação em Design segundo os respondentes. Fonte: os autores.

Nota-se que quase a metade dos professores respondentes afirmaram ter adotado o DI em suas práticas acadêmicas há pouco tempo, de 1 a 5 anos. Portanto, para muitos essa é uma prática docente recentemente adotada. E, tendo em vista que o DI vem sendo fomentado há mais de 30 anos, pode-se notar também que poucos dos professores respondentes declararam ensinar o DI nos cursos de graduação em Design há aproximadamente 20 anos.

No gráfico 5.16, exposto no próximo subcapítulo, mostra a quantidade de tempo que o DI foi adotado pelos respondentes que o coloca em prática em seus projetos profissionais. Observando este gráfico e o 5.8 (exposto acima) podemos observar um aspecto comum entre os dois, em ambos a quantidade de respondentes que afirmaram ter adotado o DI recentemente foi mais expressivo. Portanto, supostamente, pode-se considerar que tanto o ensino quanto a prática dessa abordagem se obteve mais propagação recentemente.

Para saber em quais habilitações do curso de Design esta sendo ensinado o DI, foi pedido para indicar a habilitação relacionada às disciplinas em que eles ensinam essa abordagem de projeto. Os respondentes tinham a possibilidade de marcar mais de uma resposta, assim 47 pessoas, ou seja, todos os respondentes dentro da amostra selecionada responderam, e muitos deles ensinam o DI em várias habilitações. A seguir, um gráfico mostrando a porcentagem do ensino dessa abordagem de projeto em cada habilitação do curso de graduação em Design.

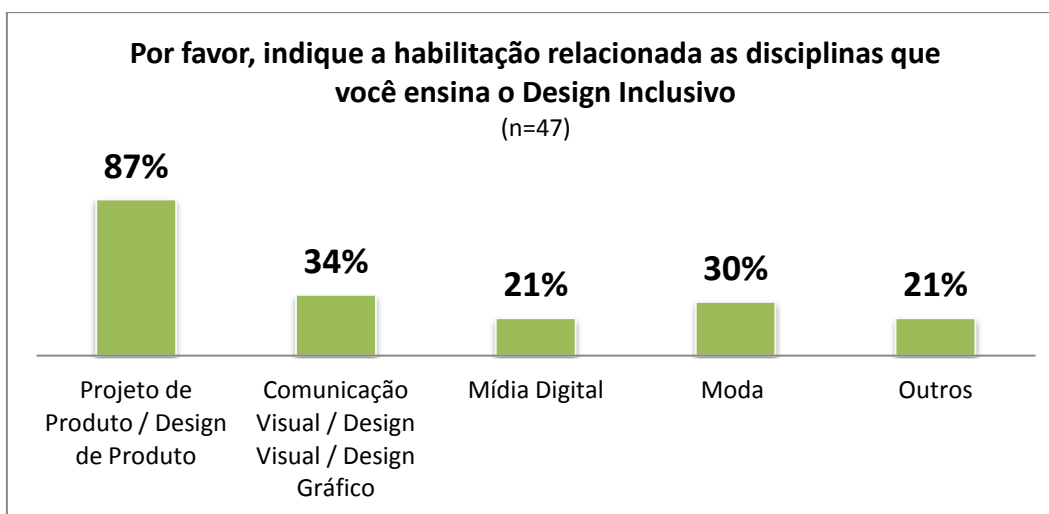


Gráfico 5.9: Ensino do Design Inclusivo por habilitação no curso de graduação em Design segundo os respondentes. Fonte: os autores.

Pode-se observar que 87%, ou seja, a maioria dos professores que afirmaram ensinar o DI o ensinam na habilitação de Projeto de Produto/ Design de Produto. Nota-se também o ensino dessa abordagem em outras habilitações, com um peso significativo na habilitação Comunicação Visual / Design Visual / Design Gráfico. Portanto, baseando-se nas respostas dos professores participantes, apesar do DI estar sendo ensinado em outras habilitações do curso de graduação em Design, o seu ensino para a aplicação em produtos é mais expressivo.

5.2.1. Disciplinas

Com o intuito de conhecer melhor como o ensino do DI se dá nos cursos de graduação em Design, foi inserida no questionário uma questão perguntando em quais disciplinas os professores abordam ou já abordaram o Design Inclusivo no curso de graduação em Design. 44 professores responderam essa questão e obteve-se uma lista de 42 disciplinas com nomes diferentes distribuídas entre as habilitações: Projeto de Produto / Design de Produto; Comunicação Visual / Design Visual / Design Gráfico; Mídia Digital; Moda e outros.

No topo das disciplinas mais citadas pelos respondentes estão:

- **Ergonomia**, citada por 29% dos professores como uma disciplina da habilitação Projeto de Produto em que é abordado o DI, sendo citada também por 7% dos professores como disciplina da Comunicação Visual, 2% dos professores ensinam na habilitação Mídia Digital e 9% na habilitação Moda.
- **Projeto de Produto**, citada por 23% dos professores como disciplina da habilitação Projeto de Produto em que é ensinado o DI.
- **Projeto Final/Trabalho de Conclusão de Curso**, citada por 16% dos professores como disciplina da habilitação Projeto de Produto em que se ensina o DI, mencionada também por 2% dos professores como disciplina da Comunicação Visual e 2% da Moda.
- **Projeto**, mencionada por 14% dos professores como disciplina da habilitação de Projeto de Produto em que é ensinado o DI, 7% dos professores afirmaram ensinar o DI nessa disciplina na habilitação de

Análises dos Resultados Nacionais

Moda e 2% dos professores afirmaram ensiná-lo nessa disciplina na habilitação de Comunicação Visual.

Outras disciplinas também foram bastante citadas como: Teoria do Design, Metodologia de Projetos e Gestão do Design, todas com um peso maior na habilitação de Projeto de Produto. Foi mencionada também uma disciplina chamada Design Inclusivo.

Contudo, nota-se a ligação do Design Inclusivo com a Ergonomia e com disciplinas relacionadas à prática projetual. A ligação do DI com a Ergonomia é algo pertinente da abordagem do design centrado no usuário, ou seja, da busca por conhecer o usuário, suas necessidades, a tarefa a ser exercida e a busca por tornar o envolvimento do usuário em produtos que promovem o conforto, segurança e a facilidade de uso.

5.2.2. Processos Projetuais, métodos e técnicas ensinados no curso de graduação em Design pelos professores respondentes

Processos Projetuais

Com o intuito de saber quais são as metodologias de projeto que estão sendo ensinadas pelos professores que afirmaram ensinar o Design Inclusivo em aulas do curso de graduação em Design, foi inserida no questionário uma pergunta referente ao assunto. Obtiveram-se 43 respostas e delas pôde-se reconhecer 38 processos projetuais diferentes.

Entre os processos mais citados pelos respondentes está a **Metodologia de Baxter** (1998), mencionada por 35% dos respondentes. No processo sugerido por Baxter é possível identificar quatro fases, são elas: a) Identificação das oportunidades, período de pesquisa das necessidades e restrições do usuário, neste momento o problema deve ser explorado, expandido e definido; b) Análise de concorrentes e produtos concorrentes, período dedicado ao monitoramento e estudo das empresas concorrentes e dos produtos similares, ou seja, este é o momento buscar conhecer a competição de mercado e procurar estratégias de tornar o produto inovador e competitivo; c) Configuração do Projeto, período de desenvolvimento do produto, onde serão definidos parâmetros e conceitos, e produzidos protótipos para testes e validação do projeto e d) Especificação do Projeto, neste período deve-se apresentar o detalhamento do projeto especificando

como o produto será produzido. O autor ainda sugere em seu livro¹ 34 “ferramentas” [métodos/técnicas] para auxiliarem no processo de elaboração de novos produtos, como por exemplo: análise dos concorrentes, análise das funções do produto e brainstorming.

No processo de Baxter o usuário é visto como consumidor, os esforços são direcionados para o desejo e a satisfação dele com o intuito de se obter bons resultados na comercialização do produto. Pressupõe-se o envolvimento do usuário na etapa de pesquisa servindo de auxílio ao designer no reconhecimento de novas oportunidades de negócios. Portanto, entende-se esta metodologia como um processo com pouca interferência do usuário e com decisões gerenciadas pelo designer.

Outro processo projetual bastante citado é a **Metodologia de Gui Bonsiepe** (1984), mencionada por 26% dos respondentes. Este processo sugere cinco fases para o projeto, são elas: a) Problematização; b) Análise; c) Definição do Problema; d) Anteprojeto/Geração de Alternativas e e) Projeto. (Bonsiepe, 1984, apud Pazmino, 2010) O autor ainda sugere métodos/técnicas a serem empregados durante as fases, dentre eles estão: análise estrutural, análise funcional e brainstorming. Outros métodos/técnicas recomendados pelo autor pode ser consultado Anexo 1 de Pazmino (2010). Na proposta de Bonsiepe subentende-se o envolvimento do usuário no reconhecimento do problema. Nota-se a autonomia do designer no processo, ou seja, o usuário, se inserido no processo, servirá de auxílio.

O **Método de Löbach** (1981) também foi bastante citado entre os respondentes, 23% dos professores afirmaram ensiná-los em suas aulas. Este processo é composto por quatro fases, são elas: a) Análise do Problema e Definição do Problema; b) Soluções do Problema; c) Avaliação das Soluções do Problema; d) Realização da solução do Problema. (Löbach, 1981, apud Pazmino, 2010), Löbach também sugere “atividades” [métodos/técnicas] a serem empregadas durante as fases prescritas, dentre elas estão: análise da relação social (homem-produto), análise da relação com o contexto (produto-contexto) e análise do mercado. Veja em Anexo 2 o quadro montado por Pazmino (2010) contendo todas as “atividades” sugeridas pelo autor. Subentende-se que este processo

¹ BAXTER, Mike. **Projeto de Produto: guia prático para o design de novos produtos** / Mike Baxter; tradução Itiro Iida. – 3. Ed. – São Paulo: Blucher, 2011.

também é gerenciado a todo tempo pelo designer, com pouca interferência do usuário e bastante focado no problema.

Outro processo projetual bastante citado pelos respondentes é a **Metodologia de Bruno Munari** (1981), mencionada por 16% dos professores respondentes. Esta é composta por dez fases, são elas: a) Definição do Problema, momento de definição dos objetivos do projeto e dos problemas a serem trabalhados; b) Componentes do Problema, divisão dos componentes envolvidos com o problema; c) Coleta de Dados; momento de explorar cada componente com pesquisas a respeito; d) Análise dos Dados, momento de analisar os dados obtidos; e) Criatividade, período em que se desenvolve as ideias baseadas nos dados e análises feitas; f) Materiais e Tecnologias, momento de explorar a tangibilidade das ideias; g) Experimentação, etapa em que se testa os materiais, as tecnologias e métodos para melhor atingir objetivos; h) Modelo, momento em que se chega ao modelo final; i) Verificação, momento de comprovação da eficiência do objeto desenvolvido antes da efetiva aplicação (ou produção) e j) Desenho Final, uma síntese de dados levantados ao longo de todo um processo projetual. (Munari, 1981, apud Pazmino, 2010)

Nota-se no processo de Munari a preocupação com a tangibilidade do produto pela a presença de experimentações e verificações. Dependendo das técnicas e métodos que serão escolhidos para cumprir com o objetivo de cada fase, pode-se considerar que possivelmente terá o engajamento do usuário na coleta de dados, vendo-o como um componente do problema a ser conhecido e explorado. No entanto, fica claro que todo o processo é gerenciado pelo designer e que o nível de envolvimento do usuário no projeto vai depender do interesse do profissional que o gerência.

Outros processos projetuais foram citados também, como o Design Thinking, mencionado por 12% dos professores, o Double Diamond, mencionado por 7% dos professores e Análise Ergonômica por 7% dos professores. No entanto, apesar de ter professores que ensinam metodologias que induzem à abordagem centrada no usuário de forma mais frequente no processo, a maioria dos professores respondentes optam por ensinar metodologias mais focadas na comercialização do produto, ou seja, mais voltadas ao ganho da indústria. Este contexto explica o porquê que muitos profissionais optam por um processo mais rápido, com menos envolvimento do usuário. Eles ainda estão sendo treinados a se

Análises dos Resultados Nacionais

preocuparem mais com o lucro da empresa do que com o ser humano que há de ser o usuário ou não.

Em princípio parece haver um equívoco nas respostas, visto que a disciplina chamada Ergonomia é citada pela maioria dos professores que afirmaram ensinar o DI. Portanto, cabe aqui um novo questionamento: de que forma a prática do DI está sendo ensinada na disciplina ‘Ergonomia’ se a maioria das metodologias é voltada para as disciplinas de ‘Projeto’? Supostamente isso ocorre porque o DI pode estar sendo ensinado superficialmente ou que somente o conceito está sendo passado na disciplina de Ergonomia.

Métodos e Técnicas

Foi inserida no questionário uma pergunta a respeito dos métodos e técnicas que estão sendo ensinados. Levantaram-se os métodos/técnicas ensinados pelos professores que afirmaram ensinar o DI em suas aulas e obteve-se o seguinte resultado:

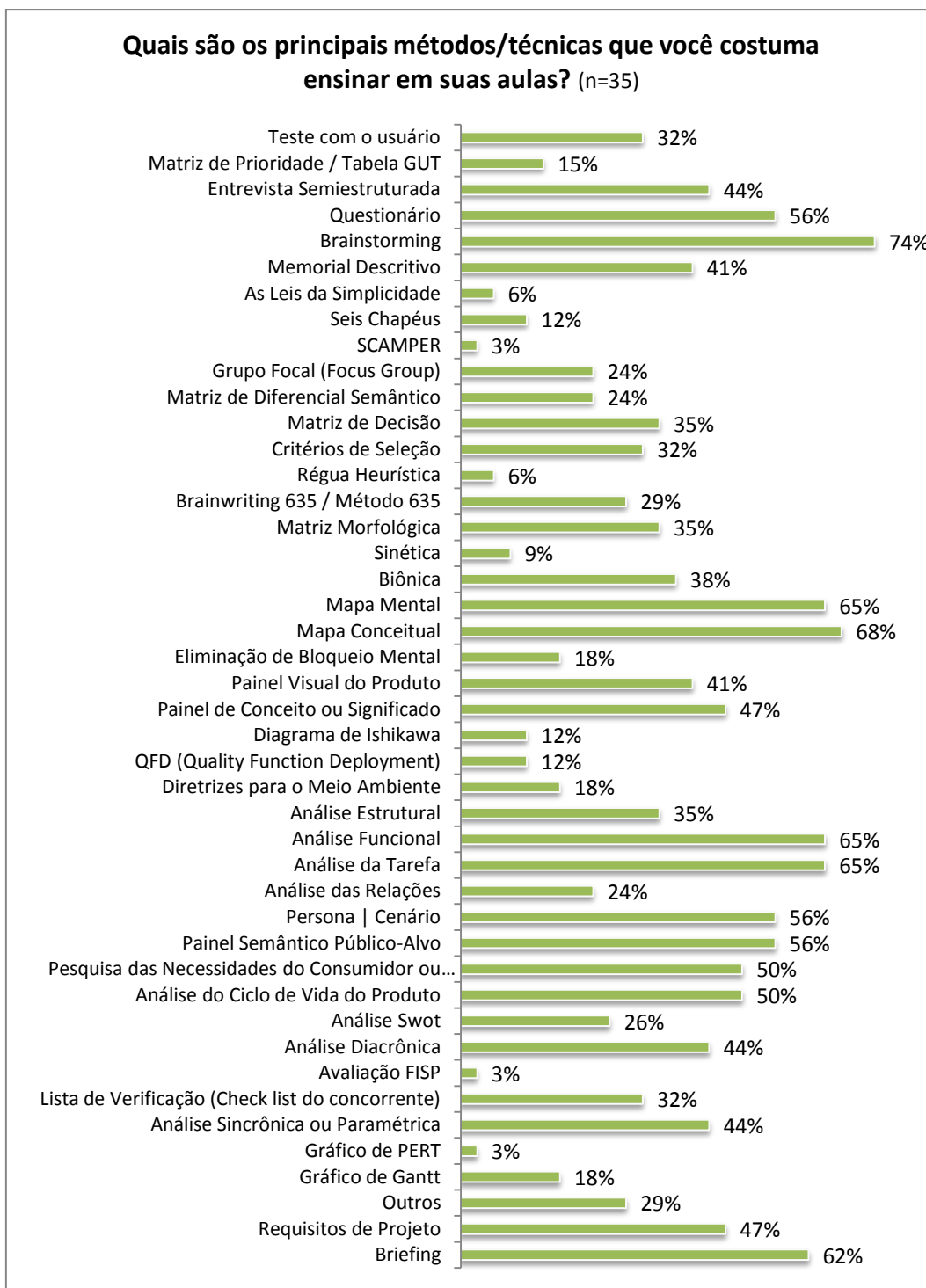


Gráfico 5.10: Métodos e técnicas que são ensinados pelos professores que afirmaram ensinar o Design Inclusivo no curso de graduação em Design. Fonte: os autores.

Entre os métodos/técnicas mais ensinados pelos professores que afirmaram abordar o DI em suas aulas estão:

i) Brainstorming, uma técnica de dinâmica de grupo com o objetivo de explorar a criatividade em busca de soluções. Esta técnica pode ou não envolver o

Análises dos Resultados Nacionais

usuário no seu decorrer, o engajamento do mesmo vai depender da forma como a equipe de projeto irá conduzir o processo.

ii) Mapa Conceitual, utilizado em diversas fases do projeto, o mesmo serve para organizar o pensamento/conhecimento e representado-lo graficamente. O uso deste método é geralmente conduzido pelos profissionais envolvidos no projeto.

iii) Mapa Mental, utilizado para organizar as ideias. Partindo de uma ideia, conceito ou conteúdo, configura-se em uma estrutura irradiada com palavras-chave, imagens, símbolos e figuras. É, também, mais aplicado pelos profissionais envolvidos no projeto.

iv) Análise Funcional, destinada a conhecer e analisar o funcionamento do produto, é estruturada em forma de árvore invertida onde se inserem as funções que um produto tem ou pode ter. Geralmente é conduzida por profissionais.

v) Análise da Tarefa, se destina a estudar as interações que ocorrem durante a utilização de produtos ou serviços. Desta forma podem-se levantar os problemas encontrados pelos usuários durante o uso. Este método de análise é comumente adotado em projetos com cunho ergonômico. É uma ótima opção para reconhecer a diversidade funcional através do reconhecimento das diversas formas de executar uma tarefa.

vi) Briefing, um documento com necessidades e restrições do projeto apontadas pelo contratante (cliente) para o designer.

É possível observar alguns métodos/técnicas adotados no ensino que mostram que há o envolvimento do usuário no processo, além da Análise da Tarefa outros dois exemplos são: questionário e Persona; ambos sendo ensinados por 56% dos respondentes. Não há maneira de aplicar um questionário sem o engajamento do usuário, portanto, na preparação da Persona também é necessário engajamento do usuário, mas em muitos casos os dados finais desta técnica são resultados de “achismos” e pesquisas superficiais feitas pelos profissionais. Portanto, independentemente dos métodos/técnicas adotados no projeto, o que vai medir o nível de engajamento do usuário e se ele amplia o olhar para a diversidade funcional ou não, é a forma como eles vão ser conduzidos e gerenciados no processo.

5.3. O Design Inclusivo no Mercado Profissional

A amostra selecionada para analisar o conhecimento e prática do DI no mercado profissional é composta por profissionais formados em Design e que trabalham neste campo de atuação. Mesmo tendo profissionais que também atuam no meio acadêmico/de pesquisa, os profissionais em evidência são necessariamente formados em Design. Foram obtidos nesta amostra 109 respondentes, dentre eles 40% são profissionais que atuam somente no mercado profissional e 60% são atuantes no mercado e na área acadêmica/pesquisa.

Estes 109 respondentes revelaram a sua relação com o Design Inclusivo. A seguir, o Gráfico 5.13 mostrando a quantidade de profissionais de mercado que afirmaram conhecer o DI, os que declararam aplicar e os que disseram não o conhecer.

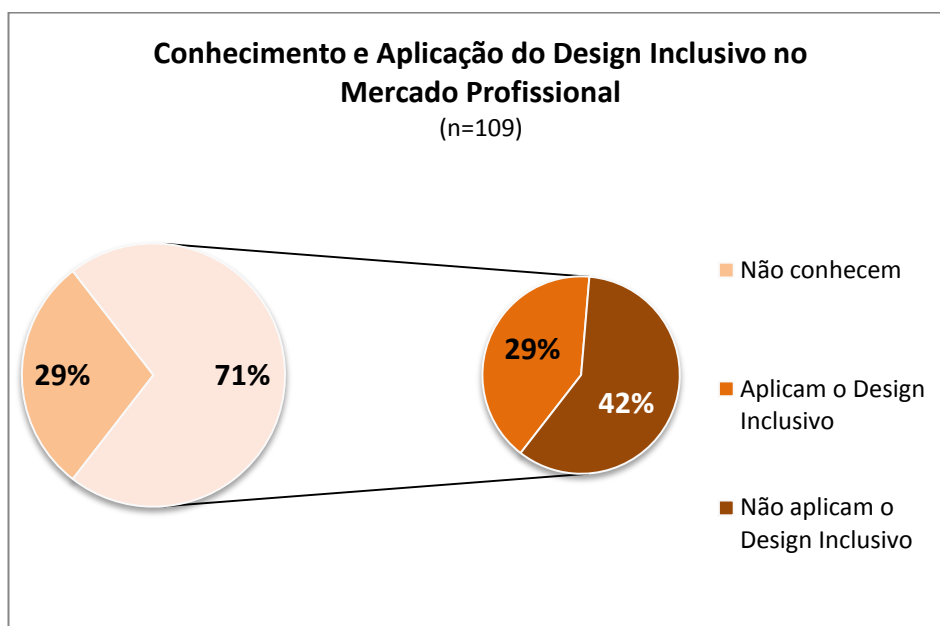


Gráfico 5.11: Conhecimento e Aplicação do DI no Mercado Profissional. Fonte: os autores.

Observa-se que o conhecimento do Design Inclusivo é factual entre os designers que responderam o questionário, porém nota-se que a maioria declarou não aplicá-lo em seus projetos. Ou seja, dos 71% de designers que disseram conhecer o DI, apenas 29% deles afirmaram que o coloca em prática. Isso nos mostra que por mais que existam profissionais que o desconhecem, o número de profissionais presentes no mercado que já tiveram contato com essa abordagem de

Análises dos Resultados Nacionais

projeto é significativo, porém nos leva a crer que conhecê-lo não é o bastante para aplica-lo.

Vale observar os grupos de profissionais separadamente, ou seja, profissionais de mercado e professores/pesquisadores/profissionais de mercado. A seguir, um gráfico para cada grupo.

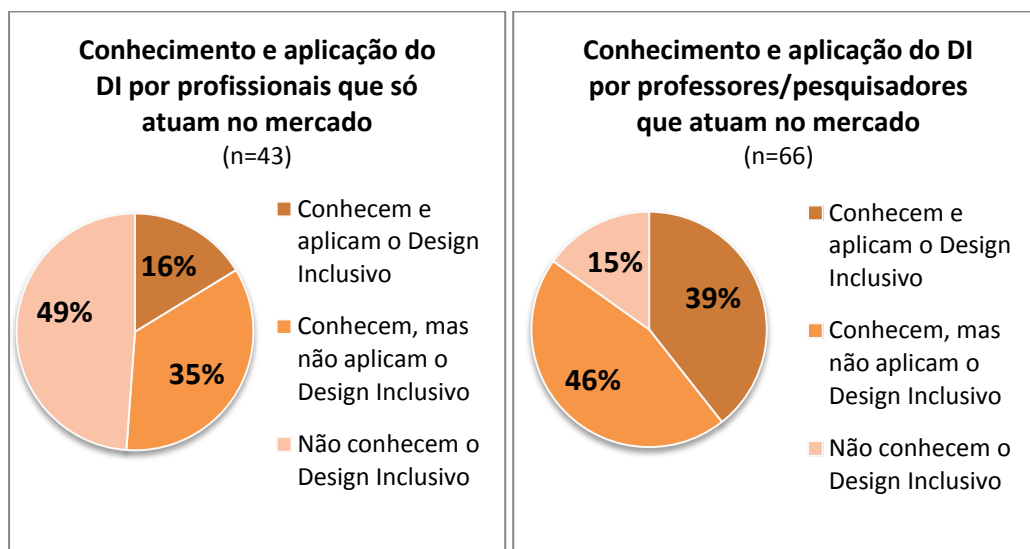


Gráfico 5.12: Conhecimento e aplicação do DI por profissionais que só atuam no mercado. Gráfico 5.13: Conhecimento e aplicação do DI por professores/pesquisadores que atuam no mercado. Fonte: os autores.

Cabe ressaltar que se obtiveram mais respondentes da categoria profissionais de mercado que também atuam como professor/pesquisador do que profissionais que atuam somente no mercado, mas é possível observar a realidade desses dois grupos com os resultados em porcentagem.

Dos 43 respondentes que atuam somente no mercado, 49% disseram conhecer o Design Inclusivo, mas apenas 16% deles afirmaram que o aplica em seus projetos profissionais. É possível observar que quase a metade dos respondentes já tiveram contato com essa abordagem de projeto, mas poucos deles o adotaram como prática de projeto. Já os profissionais de mercado que também atuam na academia, dos 66 respondentes 85% desse grupo de respondentes afirmaram conhecer o Design Inclusivo, mas 39% afirmaram o aplicar em seus projetos profissionais.

Cabe destacar que existem aqui dois grupos de profissionais com conhecimento e práticas distintos. Observa-se que o conhecimento do DI é mais nítido no grupo de profissionais que também atuam na academia. Ainda que

Análises dos Resultados Nacionais

poucos, nota-se maior quantidade de profissionais que atuam também na academia aplicando o DI em seus projetos profissionais. Portanto, atuar na academia pode ser um fator considerável para o conhecimento do Design Inclusivo.

Com o intuito de compreender de onde vem o conhecimento do Design Inclusivo pelos profissionais que atuam no mercado, questionou-se onde os mesmos aprenderam essa abordagem de projeto. As opções de respostas variam de acordo com a forma de atuação, ou seja, nas opções de respostas que apareciam para os respondentes que declararam atuar no mercado e na academia tinham opções como: “Por demanda acadêmica (como professor)”, opção esta que não aparecia para os profissionais que só atuavam no mercado. A seguir dois gráficos com o resultado dessa questão.

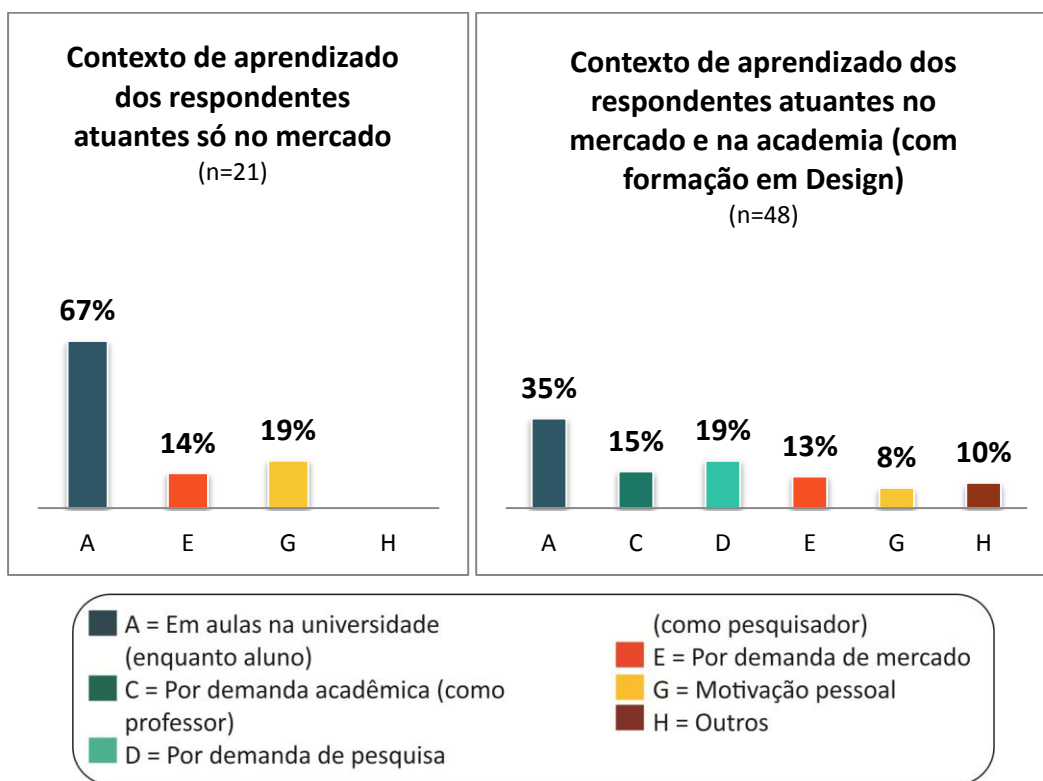


Gráfico 5.14: Contextos de aprendizado do Design Inclusivo pelos profissionais atuantes somente no mercado. Gráfico 5.15: Contextos de aprendizado do Design Inclusivo pelos profissionais formados em Design atuantes no mercado e no meio acadêmico. Fonte: os autores.

De modo geral, nota-se que a maior fonte de conhecimento do Design Inclusivo pelos designers atuantes no mercado é a universidade. Se dividir esses dados por motivação pessoal, demanda de ofício e aprendizado acadêmico, a demanda de ofício representaria 36% da fonte de conhecimento do DI dos dois

Análises dos Resultados Nacionais

grupos de profissionais juntos, ou seja, o ensino universitário demonstra ter um peso significativo no contato com o DI.

Tanto para o grupo de profissionais que atuam somente no mercado quanto para os que também atuam na academia, o ensino do DI advindo da formação é mais expressivo do que as outras fontes de conhecimento separadamente. É possível notar também que há uma demanda de mercado em ambos os grupos mesmo que sutil.

Se dividir o percentual em motivação pessoal, demanda de ofício e ensino universitário em cada grupo de profissionais separadamente, há uma nova percepção dos dados. No grupo de profissionais que também atuam na academia, a demanda de ofício é mais representativa do que o aprendizado na universidade enquanto aluno, representando 47% da fonte de conhecimento do DI. Nota-se também que a demanda como professor é um pouco maior do que a demanda de mercado. Portanto, isso reforça a ligação do DI com o ambiente acadêmico.

No grupo de profissionais atuantes somente no mercado, ainda que exista a demanda de ofício, o ensino acadêmico do DI continua sendo a maior fonte de conhecimento dessa abordagem de projeto. E nota-se também, entre estes profissionais, que a motivação pessoal, ou seja, a busca pelo DI é presente entre os designers que conhecem essa abordagem, mais até significativo que a própria demanda de mercado.

Com o intuito de confirmar se os profissionais que disseram conhecer o DI realmente compreendem o seu real objetivo, levantou-se a pergunta: o que você entende por Design Inclusivo? Dentre os 78 respondentes que declararam conhecer essa abordagem, 55 responderam esta questão. A análise foi feita observando a similaridade das respostas dos participantes com a definição do DI sugerida pelo Design Council (2008, apud Clarkson et al., 2015) que diz: "*O Design Inclusivo é uma abordagem geral para a concepção de projetos em que os designers garantem que seus produtos e serviços atendam as necessidades do maior público possível, independentemente da idade ou habilidade.*" (Design Council, 2008, apud Clarkson, et al., 2015, p. 235; tradução nossa²). Serão expostas a seguir algumas respostas que se destacaram em meio às demais.

² Texto Original: "It is a general approach to designing in which designers ensure that their products and services address the needs of the widest possible audience, irrespective of age or ability".

Análises dos Resultados Nacionais

Obtivemos respostas bem congruentes como esta: *“É aquele que permite um uso universal, seja para pessoas comuns, portadoras de necessidades especiais, idosos ou mesmo crianças. Atende diferentes necessidades, sejam elas físicas ou mesmo de cunho emocional e cultural em um determinado contexto. Pensar a inclusão é criar condições para que o 'diferente' se torne 'parte' e seja contemplado na ação. Sua intenção é promover a autonomia e o acesso facilitado por todos.”* Portanto, fica claro que para este respondente o Design Inclusivo busca compreender as diferentes necessidades para facilitar o uso de uma gama maior de usuários, objetivo real dessa abordagem de projeto.

Este respondente alega ter aprendido sobre o DI na universidade (enquanto aluno), ele declara também que o aplica (ou já o aplicou) em seus projetos e que também o ensina (ou já o ensinou) suas aulas, portanto, é um profissional de mercado e acadêmico que reconhece o real sentido do DI e que o põe em prática.

Este outro respondente também mostra claramente que compreende o real objetivo do DI, exemplificando e até mesmo expondo o limite dessa abordagem: *“Projetar alguma solução (serviço, espaço, produto, gráfico) que seja passível de ser utilizada por todos, sem que eventuais limitações físicas ou outras sejam empecilho. Exemplo: calçadas que sejam naturalmente seguras para idosos, cegos, cadeirantes; entradas de prédios, banheiros que não demandem um acesso 'exclusivo' - a própria palavra já expressa que está havendo algum tipo de exclusão. Em alguns casos é difícil buscar uma solução que abrace tudo, mas... esse é o trabalho dos designers.”* Ele declara ter conhecido o DI na universidade enquanto aluno, é um profissional que atua somente no mercado e não aplica essa abordagem em seus projetos. Nota-se que este respondente compreende o que é o DI, mas não o aplica, isso reforça o que já foi mencionado anteriormente, conhecer o DI não é o bastante para colocá-lo em prática.

Não obstante, notou-se o equívoco em algumas respostas como estas abaixo, que mostram a associação do DI com soluções para pessoas com diferenças funcionais. *“Desenvolver soluções seja de interfaces e interações físicas e/ou comunicacionais com o intuito de abranger/atender e suprir necessidades práticas, funcionais, estéticas e simbólicas ao perfil de usuários que apresentam algum tipo de desabilidade física/fisiológica ou cognitiva.”* O respondente aponta para o perfil de usuários beneficiadores do projeto, ou seja, o público alvo da abordagem como sendo indivíduos com algum tipo de “desabilidade”. Este

Análises dos Resultados Nacionais

respondente alega ter entrado em contato com o DI por demanda de pesquisa (como pesquisador) e declara ensinar (ou já ter ensinado) e pesquisar (ou já ter pesquisado) essa abordagem de projeto, mas não a aplica em seus projetos profissionais.

Tanto esta resposta: *“design que inclua pessoas com necessidades especiais”*, quanto esta: *“projetos que facilitam a vida de pessoas limitadas”* são respostas vagas, que podem ser consideradas como parte do que esta abordagem é capaz, mas a define. A primeira resposta vem de um respondente que diz tem aprendido sobre o DI em aulas na universidade (enquanto aluno), já a outra resposta vem de um professor que teve contato com o DI por demanda acadêmica. Ambos atuam no mercado de trabalho e na área acadêmica e não aplicam o DI em seus projetos profissionais.

E ainda, percebe-se, além da associação dessa abordagem com soluções destinadas às pessoas com diferenças funcionais, uma crítica quanto à prática entendida pelo respondente: *“Acho bonito na teoria, é legal, fofinho. Mas não se aplica ao mercado. O empresariado quer maximizar os lucros e não incluir as pessoas com necessidades especiais. O ROI (Return of Investment) de produtos com acessibilidade é complicado.”* Este respondente disse que aprendeu sobre o DI em aulas na universidade (enquanto aluno), atua somente no mercado e declarou não o aplica-lo em seus projetos profissionais.

Em contrapartida, a resposta a seguir mostra a necessidade percebida pelo respondente, que vai a busca do conhecimento: *“Ao projetar levar em consideração que cada usuário pode ter suas próprias limitações. Geralmente as pessoas criam objetos/peças gráficas para semelhantes (ou seja, para pessoas que provavelmente não tem nenhum tipo de deficiência). Eu por exemplo nunca pensei em como um daltônico enxergaria os meus desenhos. Só me dei conta disso a partir do momento em que comecei a abordar (de leve) esse assunto em sala de aula, porém sei que preciso ler mais sobre o tema.”* Nota-se um ponto interessante levantado por este respondente quando diz que geralmente designers desenvolvem projetos para usuários com o perfil semelhante ao deles, pois fica clara a crítica deste respondente quanto ao “achismo” do designer e no não engajamento do usuário no processo de criação. Outro ponto relevante desta resposta é que o respondente diz que só percebeu a necessidade de mudança projetual quando compreendeu a abordagem do Design Inclusivo.

Análises dos Resultados Nacionais

Este último respondente declara ter tido o primeiro contato com o DI na universidade (enquanto aluno), mas observa-se em sua fala que só se deu conta de sua importância quando começou a abordar em sala de aula como professor. Ele afirma também que o ensina (ou já ensinou) em suas aulas, mas não o aplica em seus projetos profissionais. Logo, esta é uma realidade que se repete entre alguns dos respondentes, o real conhecimento e a não aplicação.

Cabe colocar que por mais que tenhamos pessoas que compreendem o DI de forma congruente, ainda existem pessoas com visões contestáveis. Essas pessoas que evidenciaram o equívoco afirmaram conhecer o DI, sendo assim, cabe questionar se a fonte de informação dessa abordagem foi clara ou se é resultado de opiniões particulares. Portanto, fica claro que a compreensão da filosofia, do objetivo e da prática do DI é fundamental para que não haja mais equívocos e para que a mudança projetual aconteça de fato no mercado profissional.

5.3.1. Aplicabilidade do Design Inclusivo em Projetos de Design

Dos 35 respondentes que alegaram aplicar o DI em seu projetos profissionais, 28 deles declararam o tempo de atuação no mercado adotando a prática dessa abordagem. A seguir, o gráfico abaixo mostra o tempo que essa prática na realidade dos designers respondentes.

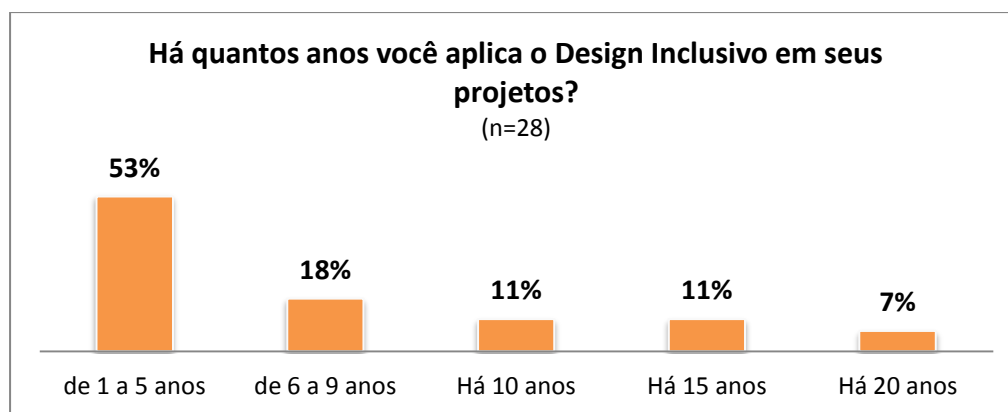


Gráfico 5.16: Tempo de prática do Design Inclusivo no mercado. Fonte: os autores.

Pode-se observar que a maioria dos designers respondentes adotou essa prática há poucos anos (de 1 a 5 anos), e um número ínfimo de designers alegaram que essa abordagem faz parte de suas práticas há bastante tempo (há 20 anos).

Análises dos Resultados Nacionais

Assim sendo, nota-se que é uma prática recentemente adotada no mercado apensar de já ter pessoas trabalhando com essa abordagem há um tempo considerável.

Com o intuito de reconhecer em quais segmentações do Design está sendo aplicado o DI, perguntou-se aos respondentes: em qual segmentação do Design você atua, aplicando o Design Inclusivo? 28 pessoas da amostra de 35 responderam esta pergunta podendo escolher mais de uma opção. A seguir o resultado:

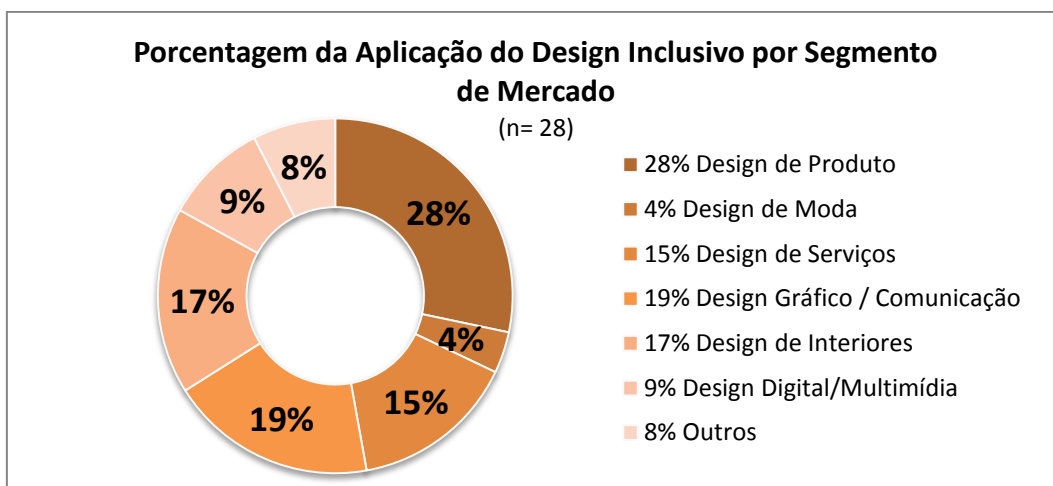


Gráfico 5.17: Porcentagem da Aplicação do Design Inclusivo por segmento de mercado. Fonte: os autores.

A aplicação do DI na área do Design de Produto é nitidamente maior do que as demais. Pode-se observar que os três segmentos que concentram maior aplicação do DI na área do Design são: Design de Produto, Design Gráfico/Comunicação e Design de Interiores. Nota-se também a pouca aplicação desta abordagem no Design de Moda.

Baseando-se na atuação de escritórios brasileiros de Design segundo o Diagnóstico do Design Brasileiro (2014) produzido pelo Centro Brasil Design pode-se considerar que o Design de Moda além de ser uma área de pouca atuação no Brasil, representando 2% da atuação dos escritórios de Design, é também uma área com pouca exploração do DI, no entanto, compreende-se que a área, em geral, é pouco explorada no Brasil. Nota-se também que a aplicação do DI no Design de Serviços está sendo bem explorado com relação à dimensão deste segmento no mercado que representa 14% da atuação dos escritórios de Design.

A vista disso, pode-se concluir que o DI está sendo explorado por todos os segmentos do mercado no campo do Design. Isso nos leva a crer que a aplicação

dessa abordagem não se restringe apenas ao desenvolvimento de produtos, serviços e ambientes. E apensar do DI ser, timidamente, aplicado em diferentes segmentos do Design, ele está sendo representado com mais evidência no desenvolvimento de produtos.

5.3.2. O Design Inclusivo na prática de projeto

Com o intuito de saber o que os profissionais que disseram aplicar (ou já ter aplicado) o DI consideram como importante ao projetar, foi levantada a seguinte questão: Em sua opinião, qual o grau de importância de se considerar os aspectos abaixo em um projeto? Dos 35 designers que disseram aplicar (ou já ter aplicado) 31 responderam pontuando de 0 a 3, onde '0' significa que não tem importância e '3' que é extremamente importante. Os itens apresentados para julgamento são: Custos; Viabilidade; Limitações atípicas permanentes ou temporárias (pessoas com deficiência, idosos, gestantes, dentre outras); Contribuição Social; Impacto Ambiental; Funcionalidade; O usuário; Estética; Inovação e Usabilidade.

A seguir um gráfico mostrando a escala de importância de cada item apresentado:

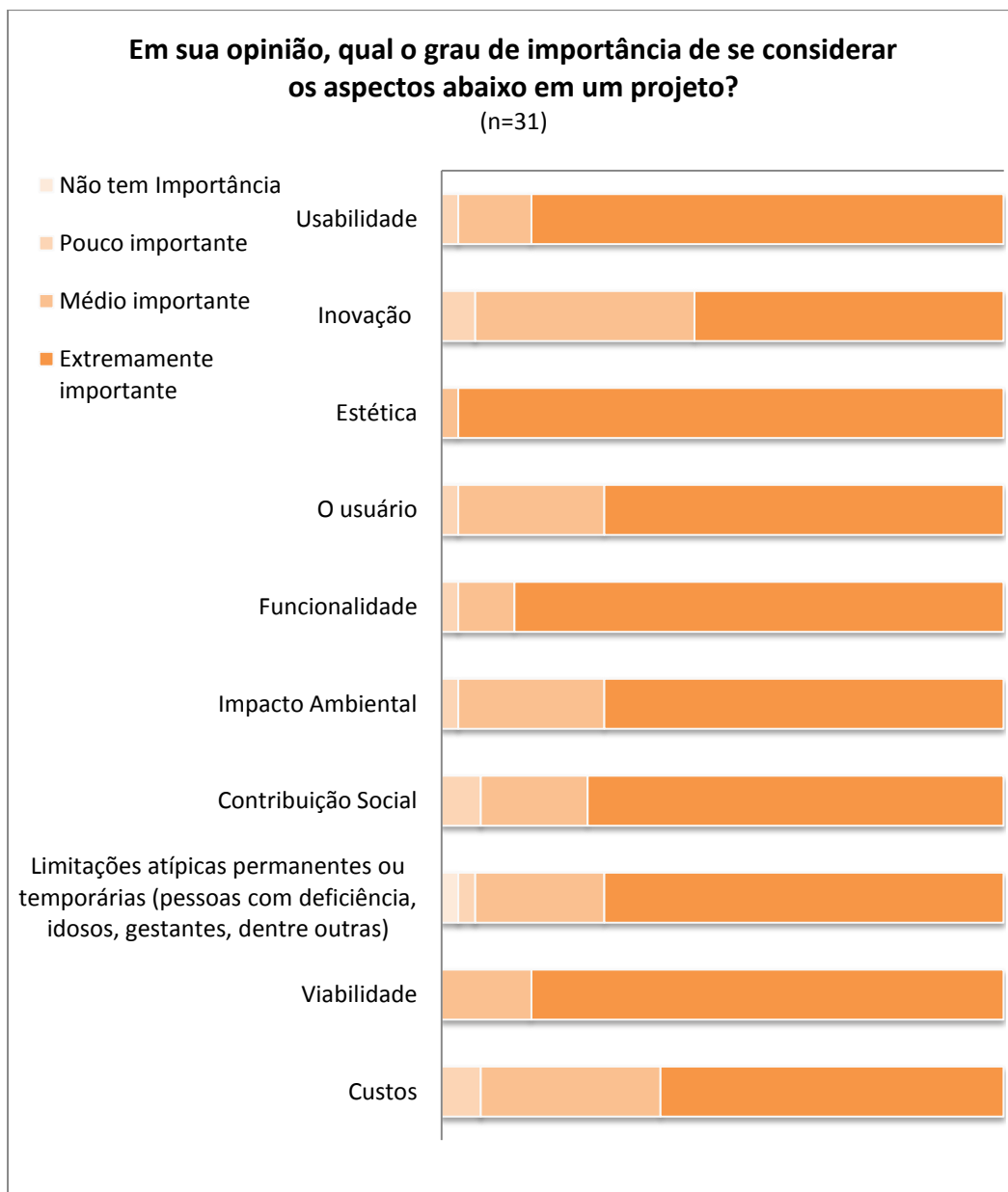


Gráfico 5.18: Escala de importância dos aspectos listados em um projeto de design, segundo os respondentes que atuam no mercado aplicando o Design Inclusivo. Fonte: os autores.

Observa-se que de todos os itens apresentados apenas o “limitações atípicas permanentes ou temporárias (pessoas com deficiência, idosos, gestantes, dentre outras)” foi considerado como sem importância em um projeto para alguns respondentes. Apesar de ser extremamente importante para a maioria, nota-se que pessoas que disseram aplicar o Design Inclusivo consideram este item com pouca ou média importância ao projetar. Visto que o Design Inclusivo objetiva considerar as diferenças funcionais para reconhecer a dificuldade de uso que pode ser em algum momento de um grupo maior de usuários, nota-se um paradoxo neste item. Diante disso, subentende-se que nem sempre as diferenças funcionais

Análises dos Resultados Nacionais

são consideradas como extremamente importantes ao projetar para os profissionais que disseram aplicar o DI.

Nota-se que a “estética” tem um peso significativo no projetar da maioria dos profissionais que responderam à questão em evidência. Sendo julgada como médio ou extremamente importante. Abaixo da estética, como item com mais pontuação 3, nota-se a “funcionalidade”. O item é considerado extremamente importante pela maioria dos respondentes, apesar de ter profissionais que o consideram como pouco importante ao projetar. Em seguida, a “viabilidade”, um item que também pode ser considerado, segundo os respondentes, importante ao projetar. Sendo julgado como médio e extremamente importante para os profissionais que disseram aplicar o DI.

Outros dois itens que consideráveis, que estão relacionados com essa abordagem de projeto são: o usuário e custos. Ambos obtiveram julgamentos parecidos. Foram considerados extremamente importantes pela maioria, mas também considerados como pouco ou médio importantes por alguns profissionais que disseram aplicar o DI. Outro paradoxo se faz presente na representatividade do usuário na prática projetual desses profissionais. Uma vez que o engajamento do usuário é parte crucial do um projeto de Design, não só do DI, não vê-lo como um aspecto extremamente importante de se considerar em um projeto pode ser um ponto crítico da prática dos profissionais que o vê como pouco/médio importante.

Quanto aos custos, apesar da maioria vê-lo como extremamente importante na prática do designer, um número considerável de respondentes que aplicam o DI em seus projetos afirmaram considera-lo como médio importante. Portanto, nem todos os profissionais que aplicam o DI consideram os custos do projeto como um aspecto muito importante ao projetar.

Contudo, dois dos aspectos considerados relevantes para a prática do Design Inclusivo, que são: “Limitações atípicas permanentes ou temporárias (pessoas com deficiência, idosos, gestantes, dentre outras)” e “o usuário”; são vistos pela maioria dos profissionais respondentes como extremamente importante de se considerar em um projeto. Não obstante, essa não é uma opinião global entre os profissionais respondentes que disseram aplicar o DI. Uma contradição se faz presente na posição desses profissionais. Portanto, subentende-se que estes não conhecem o DI na íntegra e suas práticas não condizem com o que a prática dessa abordagem de projeto verdadeiramente é.

5.3.3. Processos Projetuais, métodos e técnicas adotados pelos profissionais respondentes

Com o objetivo de saber como está sendo aplicada a abordagem do DI nos projetos de Design, os profissionais foram indagados quanto às metodologias e os métodos/técnicas utilizados em suas práticas de projeto. Dentre as respostas dos profissionais que relataram aplicar o DI em seus projetos que atuam somente no mercado estão: metodologia própria; nenhuma metodologia e metodologias baseadas nas metodologias de Munari, Bonsiepe etc. Nota-se o uso de processos projetuais adaptados às necessidades e aos interesses dos profissionais.

Entre os métodos/técnicas mais utilizados pelos profissionais que atuam somente no mercado e que afirmaram aplicar o DI estão: Análise da Tarefa, Briefing e Questionário. Estes métodos/técnicas foram citados por 100% dos respondentes e estão presentes também no ensino de muitos professores. Portanto, diante das metodologias e dos métodos/técnicas citados fica clara a interferência do ensino na prática profissional. Através dos métodos mais utilizados percebe-se a busca por conhecer o usuário e a preocupação em atender as expectativas dos contratantes (clientes).

Contudo, o processo projetual utilizado pelos profissionais de mercado sofre interferência do que lhes foi ensinado, porém, com a necessidade de adaptações, subentende-se que os processos ensinados não são totalmente condizentes com as realidades desses profissionais. Portanto, duas novas questões se revelam: os processos projetuais citados pelos professores que ensinam o DI facilitam de fato a aplicação do mesmo na prática profissional? Os alunos saem preparados para adotar o DI em suas práticas profissionais?

Sob outra perspectiva, percebe-se que o que vai auxiliar o envolvimento do usuário no processo e o reconhecimento da diversidade funcional não é apenas a metodologia empregada, mas os métodos, técnicas e ferramentas utilizadas no processo. Uma vez que o Design Inclusivo é a forma como você enxerga o projeto, poderia aqui colocar que tudo depende de como o designer vê todo o processo e como ele o conduz, mas as atitudes são decorrentes de que se sabe, do que se carrega, do repertório construído, neste caso, a prática sofre interferência

Análises dos Resultados Nacionais

da teoria conhecida. Portanto, a adoção do DI vai depender do interesse do profissional, mas a prática deste é norteadada pelo o que se conhece a respeito dela.

No próximo capítulo (Capítulo 6), são apresentados os resultados do questionário aplicado com professores, profissionais e pesquisadores do exterior que adotam a abordagem do DI. Será exposta a forma como eles conduzem seus projetos profissionais e como acreditam que o ensino do DI deva ser ministrado por professores que optam por adotar essa abordagem em suas aulas. Portanto, a seguir, outra realidade, relativamente, diferente da realidade exposta neste capítulo (Capítulo 5).